

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.291.203	2.265.046
1.01	Ativo Circulante	51.203	55.614
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.041	25.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.564	2.399
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.564	2.399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.598	27.980
1.01.08.03	Outros	27.598	27.980
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	27.564	27.995
1.01.08.03.03	Outros Créditos	34	-15
1.02	Ativo Não Circulante	2.240.000	2.209.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	166.997	166.979
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.652	12.652
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	12.652	12.652
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.867	16.849
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.867	16.849
1.02.02	Investimentos	2.065.621	2.034.945
1.02.02.01	Participações Societárias	2.065.621	2.034.945
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	34.889	32.234
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.890.657	1.873.220
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140.075	129.491
1.02.03	Imobilizado	50	51
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50	51
1.02.04	Intangível	7.332	7.457
1.02.04.01	Intangíveis	7.332	7.457
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.332	7.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.291.203	2.265.046
2.01	Passivo Circulante	34.084	33.881
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	792	745
2.01.01.01	Obrigações Sociais	792	745
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	792	745
2.01.02	Fornecedores	1.104	918
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.104	918
2.01.03	Obrigações Fiscais	481	511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	479	509
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	76	97
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	403	412
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	2
2.01.05	Outras Obrigações	31.707	31.707
2.01.05.02	Outros	31.707	31.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.499	31.499
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	208	208
2.02	Passivo Não Circulante	6.437	6.437
2.02.04	Provisões	6.437	6.437
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.250.682	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.128.157	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.207	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.078	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-249.869	-243.745

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	25.209	55.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.341	-7.107
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-493	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.043	62.986
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.209	55.879
3.06	Resultado Financeiro	745	-122
3.06.01	Receitas Financeiras	745	387
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-509
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.954	55.757
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.954	55.757
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.954	55.757
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,63490	1,36400
3.99.01.02	PN	0,69840	1,50050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,63490	1,36400
3.99.02.02	PN	0,69840	1,50050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	25.954	55.757
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.954	55.757

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.625	-7.080
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.595	-6.734
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	25.954	132.353
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	494	495
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-31.043	-139.582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30	-346
6.01.02.02	Outros Ativos	-50	-29
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-18	129
6.01.02.04	Fornecedores	186	-355
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	47	-22
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-30	-1.347
6.01.02.07	Outras Variações nos Ativos e Passivos	0	1
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-165	1.277
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	431	0
6.02.04	Dividendos Recebidos	431	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1
6.03.02	Dividendos Pagos	0	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.194	-7.081
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.235	16.916
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.041	9.835

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.078	-6.124	25.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.954	0	25.954
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	6.124	-6.124	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	6.124	-6.124	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.128.157	32.078	-249.869	2.250.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14	0	0	14
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	14	0	0	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.394	-2.637	55.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.757	0	55.757
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.637	-2.637	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.637	-2.637	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.345.941	58.394	-23.122	2.399.229

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	0	-586
7.01.02	Outras Receitas	0	-586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-711	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-711	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-711	-586
7.04	Retenções	-494	-495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.205	-1.081
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.788	63.373
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.043	62.986
7.06.02	Receitas Financeiras	745	387
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.583	62.292
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.583	62.292
7.08.01	Pessoal	4.411	6.366
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.411	6.366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	218	154
7.08.02.01	Federais	218	154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	15
7.08.03.01	Juros	0	15
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.954	55.757
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.242	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.288	55.757

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.354.861	7.988.928
1.01	Ativo Circulante	3.816.540	3.589.141
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.075.563	922.047
1.01.03	Contas a Receber	1.548.753	1.474.884
1.01.03.01	Clientes	1.417.759	1.344.321
1.01.03.01.01	Clientes	1.766.511	1.684.821
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-348.752	-340.500
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	130.994	130.563
1.01.04	Estoques	6.803	8.036
1.01.06	Tributos a Recuperar	131.956	158.667
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	131.956	158.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.053.465	1.025.507
1.01.08.03	Outros	1.053.465	1.025.507
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	251	682
1.01.08.03.04	Outros Créditos	941.548	776.367
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	90.553	248.458
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	21.113	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.538.321	4.399.787
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.163.751	952.462
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	19.963	18.037
1.02.01.03.01	Clientes	18.570	15.918
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.393	2.119
1.02.01.06	Tributos Diferidos	301.177	214.282
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	301.177	214.282
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13.140	13.140
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	12.652	12.652
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	691.993	569.525
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	18.685	15.231
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	162.960	160.873
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	292.494	196.520
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Parcela A - CVA líquido	10.407	196.901
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	207.447	0
1.02.02	Investimentos	214.862	201.649
1.02.02.01	Participações Societárias	214.862	201.649
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	74.787	72.158
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140.075	129.491
1.02.03	Imobilizado	167.376	174.856
1.02.04	Intangível	2.992.332	3.070.820
1.02.04.01	Intangíveis	2.992.332	3.070.820
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.978.169	3.055.684
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	14.163	15.136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.354.861	7.988.928
2.01	Passivo Circulante	3.577.347	3.342.708
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128.356	131.134
2.01.01.01	Obrigações Sociais	128.356	131.134
2.01.02	Fornecedores	630.152	732.321
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	630.152	732.321
2.01.03	Obrigações Fiscais	307.639	269.700
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	148.454	92.374
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	98.450	23.738
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	43.114	59.106
2.01.03.01.03	Outros	6.890	9.530
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	158.982	177.055
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	203	271
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	521.645	518.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.132	217.157
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	205.132	217.157
2.01.04.02	Debêntures	316.513	301.598
2.01.05	Outras Obrigações	1.816.223	1.517.593
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.445	18.343
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.445	18.343
2.01.05.02	Outros	1.805.778	1.499.250
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.499	31.499
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.637.151	1.415.572
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	137.128	52.179
2.01.06	Provisões	173.332	173.205
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	173.332	173.205
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	173.332	173.205
2.02	Passivo Não Circulante	2.526.832	2.421.492
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	720.205	624.150
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	274.229	325.017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	274.229	325.017
2.02.01.02	Debêntures	445.976	299.133
2.02.02	Outras Obrigações	283.135	259.178
2.02.02.02	Outros	283.135	259.178
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	276.028	256.703
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	7.107	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	0	327
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	327
2.02.04	Provisões	1.523.492	1.537.837
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.447.680	1.462.047
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.325	22.325
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	50.474	50.443
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.219.576	1.236.010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	155.305	153.269
2.02.04.02	Outras Provisões	75.812	75.790
2.02.04.02.04	Provisão Regulatórias	75.812	75.790

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.250.682	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.128.157	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.207	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.078	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-249.869	-243.745

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.643.373	1.814.447
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.750.400	1.600.296
3.01.02	Receita de Construção	84.282	86.972
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-191.309	127.179
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.484.483	-1.681.127
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.400.201	-1.594.155
3.02.02	Custo de Construção	-84.282	-86.972
3.03	Resultado Bruto	158.890	133.320
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-101.898	-68.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.459	-45.218
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.768	-69.652
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.689	41.625
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.640	4.274
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.992	64.349
3.06	Resultado Financeiro	-20.401	8.740
3.06.01	Receitas Financeiras	79.820	94.225
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.221	-85.485
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.591	73.089
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.637	-17.332
3.08.01	Corrente	-97.861	-55.996
3.08.02	Diferido	87.224	38.664
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.954	55.757
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	25.954	55.757
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	25.954	55.757
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,63490	1,36400
3.99.01.02	PN	0,69840	1,50050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,63490	1,36400
3.99.02.02	PN	0,69840	1,50050

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	25.954	55.757
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	25.954	55.757
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	25.954	55.757

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	144.991	-7.693
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	114.277	53.531
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	36.591	73.089
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	61.103	58.204
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-13.640	-4.274
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	69.199	49.254
6.01.01.07	Constituição ou Reversão de Provisões	0	-30.304
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-36.177	-70.034
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8.252	3.150
6.01.01.10	Juros Pagos	-28.643	-15.775
6.01.01.11	Contingência	2.089	0
6.01.01.12	Atualização do Ativo Financeiro	0	-40.128
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	-1.887	-3.632
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	10.601	26.448
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-5.105	0
6.01.01.16	Ganhos em Participações Societárias	59	2
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	688	7.455
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	11.147	0
6.01.01.20	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	0	76
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.714	-61.224
6.01.02.02	Contas a Receber	-84.773	-230.937
6.01.02.03	Outros Ativos	-164.455	-28.198
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-2.087	-5.498
6.01.02.05	Fornecedores	-102.169	78.220
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-2.778	-2.854
6.01.02.07	Tributos a Pagar	-23.745	70.572
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	241.427	163.172
6.01.02.11	Estoques	1.233	1.856
6.01.02.12	Ativos Financeiros	-61.558	-11.934
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	23.257	-30.640
6.01.02.14	Outros Passivos	79.080	5.643
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-50.115	-70.626
6.01.02.16	Passivos Regulatórios	177.397	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.676	-59.757
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-76.107	-63.696
6.02.02	Aumento de Capital	0	-3.861
6.02.03	Redução de Capital Investidas	0	7.800
6.02.05	Dividendos Recebidos	431	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	84.201	15.312
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-66.290	-87.627
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	3.739	102.940
6.03.05	Dividendos Pagos	0	-1
6.03.06	Debêntures	146.752	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	153.516	-52.138
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	922.047	449.789

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.075.563	397.651

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.078	-6.124	25.954	0	25.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.954	0	25.954	0	25.954
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	6.124	-6.124	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	6.124	-6.124	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.128.157	32.078	-249.869	2.250.682	0	2.250.682

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14	0	0	14	0	14
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	14	0	0	14	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.394	-2.637	55.757	0	55.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.757	0	55.757	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.637	-2.637	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.637	-2.637	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.345.941	58.394	-23.122	2.399.229	0	2.399.229

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	2.979.198	2.771.949
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.890.292	2.688.127
7.01.02	Outras Receitas	12.875	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	84.282	86.972
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.251	-3.150
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.390.192	-1.555.919
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.264.075	-1.464.905
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.722	-7.674
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.887	3.632
7.02.04	Outros	-84.282	-86.972
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-84.282	-86.972
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.589.006	1.216.030
7.04	Retenções	-61.103	-58.204
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-61.103	-58.204
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.527.903	1.157.826
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	93.460	98.499
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.640	4.274
7.06.02	Receitas Financeiras	79.820	94.225
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.621.363	1.256.325
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.621.363	1.256.325
7.08.01	Pessoal	147.054	136.160
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.344.307	979.721
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.048	84.687
7.08.03.01	Juros	100.221	84.991
7.08.03.02	Aluguéis	3.827	-304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.954	55.757
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.954	55.757



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2016 chegaram a R\$94,9 milhões ante R\$94,5 milhões em 2015, sendo 0,41% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume (R\$94,5 milhões) foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D (vide quadro abaixo):

Investimento	31 de março 2016		31 de março 2015		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	94.451	99,52%	89.469	94,66%	5,57%
Geração de Energia Elétrica	451	0,48%	5.047	5,34%	-91,06%
Total	94.902	100%	94.516	100%	0,41%

2. Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2016 com valorização de 16,63%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 12,41% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia também apresentaram valorização de 28,13% nos três primeiros meses de 2016.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2016 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 31 de março 2016	Desempenho *	
		1º TRI 2016	Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 12,80	28,13%	-32,56%
Celesc ON	R\$ 28,00	-6,67%	-29,68%
IBOVESPA	50.561	16,63%	-1,15%
IEE	27.880	12,41%	1,37%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

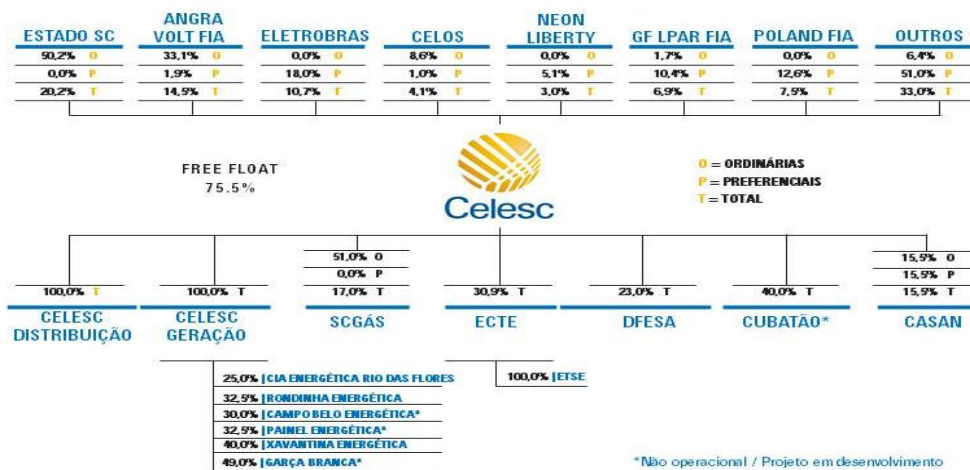
O valor de mercado das ações da Celesc, em 31 de março de 2016, conforme demonstrado, são: R\$12,80 para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$28,00 para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

Comentário do Desempenho



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 31 de março de 2016 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2016, com um quadro funcional de 3.300 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 0,24% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.308 empregados).

5. Desempenho Econômico Financeiro

O lucro líquido acumulado em 31 de março de 2016 apresentado pela Companhia foi de R\$25,9 milhões, que representa uma redução de 53,5%, se comparado ao mesmo período de 2015 (lucro líquido de R\$ 55,8 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de março de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Comentário do Desempenho



Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado	AH
Receita Operacional Bruta	2.974.574	2.774.799	7,20%
Receita Operacional Líquida	1.643.373	1.814.447	-9,43%
Resultado das Atividades	56.992	64.349	-11,43%
EBITDA Ajustado	116.208	118.503	-1,94%
EBITDA	118.095	122.059	-3,25%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	7,07%	6,53%	0,54 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	7,19%	6,73%	0,46 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	1,58%	3,07%	-1,49 p.p.
Resultado Financeiro	(20.401)	8.740	-333,42%
Ativo Total	8.354.861	6.501.321	28,51%
Imobilizado	167.376	222.284	-24,70%
Patrimônio Líquido	2.250.682	2.399.230	-6,19%
Lucro Líquido	25.954	55.757	-53,45%

O Grupo encerrou 31 de março de 2016 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$2.974,6 milhões com aumento de 7,20% em relação a 2015 num valor de R\$2.774,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL reduziu 9,43%, fechando o período de três meses de 2016 em R\$1.643,4 milhões em relação ao mesmo período de 2015 num valor de R\$1.814,4 milhões.

O EBITDA ajustado, do período de três meses de 2016, atingiu o valor de R\$116,2 milhões ficando 1,94% menor em relação a 2015 (R\$118,5 milhões) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 6,53% no primeiro trimestre de 2015 para 7,07% em 2016.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	31 de Março 2016	31 de Março 2015
Lucro/Prejuízo líquido	25.954	55.757
IRPJ e CSLL corrente e diferido	10.637	17.332
Resultado financeiro	20.401	(8.740)
Depreciação e amortização	61.103	57.710
EBITDA	118.095	122.059
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment PCHs	-	76
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(1.887)	(3.632)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	116.208	118.503

6. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de março 2016					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
MCAP Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2016 representando 14,50% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.591.044 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.591.044	14,50
Investidores Nacionais	32.980.547	85,50
Total	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	7.889.186	50,81	3.505	0,02	7.892.691	20,46
Conselho de Administração	0	0,00	2	0,00	2	0,00
Outros Acionistas	7.637.951	49,19	23.040.947	99,98	30.678.897	79,54
Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0

Fonte: DEF/DPRI

9. Ações em Circulação

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0
Ações em Circulação	7.637.951	49,19	23.040.946	99,98	30.678.897	79,54

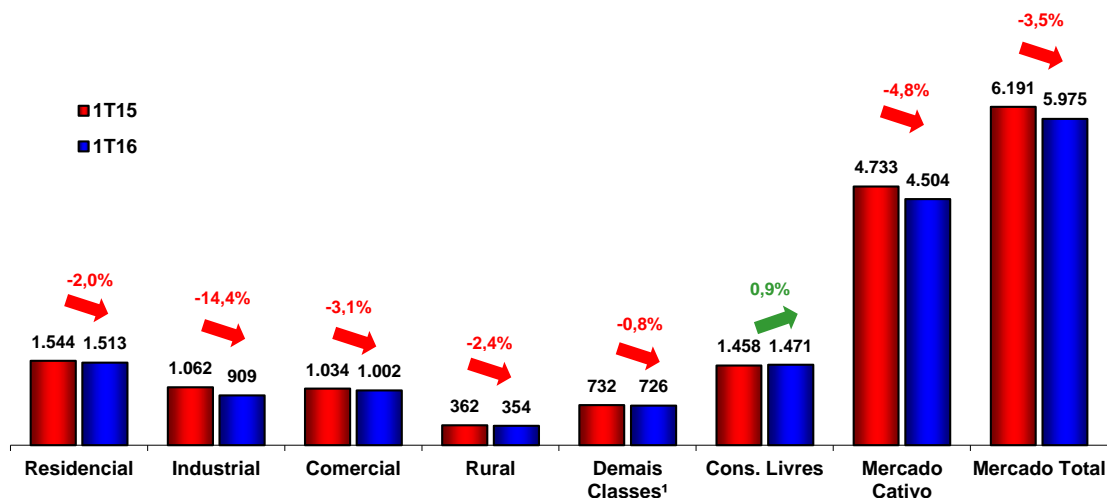
Fonte: DEF/DPRI

10. Balanço Energético

O Mercado Cativo da Celesc D apresentou retração de 4,8% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.504 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, a redução foi de 3,5%, totalizando 5.975 GWh distribuídos.

Todas as principais classes de consumo sofreram queda. Contribuíram para tal resultado as temperaturas mais amenas do verão e a retração na atividade econômica. Esse último fator, aliado com um aumento no número de migrações para o Mercado Livre, afeta muito a indústria, que apresentou queda de 14,4% no Mercado Cativo durante o primeiro trimestre.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

11. Mercado de Energia Elétrica

Comentário do Desempenho



MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Descrição	2016		2015		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2016	2016	2015	2015	16-15	16-15
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	961.161	961.161	654.783	654.783	37,0%	37,0%	37,5%	37,5%	46,8%	46,8%
Industrial	606.635	606.635	416.717	416.717	23,3%	23,3%	23,9%	23,9%	45,6%	45,6%
Comercial	664.159	664.159	422.310	422.310	25,5%	25,5%	24,2%	24,2%	57,3%	57,3%
Rural	143.100	143.100	97.523	97.523	5,5%	5,5%	5,6%	5,6%	46,7%	46,7%
Poder Público	69.527	69.527	46.423	46.423	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	49,8%	49,8%
Iluminação Pública	57.709	57.709	33.021	33.021	2,2%	2,2%	1,9%	1,9%	74,8%	74,8%
Serviço Público	47.083	47.083	27.092	27.092	1,8%	1,8%	1,6%	1,6%	73,8%	73,8%
Subtotal	2.549.374	2.549.374	1.697.869	1.697.869	98,0%	98,0%	97,2%	97,2%	50,2%	50,2%
Suprimento	50.703	50.703	48.824	48.824	2,0%	2,0%	2,8%	2,8%	3,8%	3,8%
TOTAL	2.600.077	2.600.077	1.746.693	1.746.693	100%	100%	100%	100%	48,9%	48,9%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.513.333	1.513.333	1.543.675	1.543.675	33,6%	33,6%	32,6%	32,6%	-2,0%	-2,0%
Industrial	909.429	909.429	1.061.865	1.061.865	20,2%	20,2%	22,4%	22,4%	-14,4%	-14,4%
Comercial	1.001.616	1.001.616	1.033.781	1.033.781	22,2%	22,2%	21,8%	21,8%	-3,1%	-3,1%
Rural	353.750	353.750	362.484	362.484	7,9%	7,9%	7,7%	7,7%	-2,4%	-2,4%
Poder Público	109.877	109.877	109.409	109.409	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%	0,4%	0,4%
Iluminação Pública	146.859	146.859	143.562	143.562	3,3%	3,3%	3,0%	3,0%	2,3%	2,3%
Serviço Público	87.752	87.752	83.215	83.215	1,9%	1,9%	1,8%	1,8%	5,5%	5,5%
Subtotal	4.122.616	4.122.616	4.337.991	4.337.991	91,5%	91,5%	91,6%	91,6%	-5,0%	-5,0%
Suprimento	381.181	381.181	395.400	395.400	8,5%	8,5%	8,4%	8,4%	-3,6%	-3,6%
TOTAL	4.503.797	4.503.797	4.733.391	4.733.391	100%	100%	100%	100%	-4,9%	-4,9%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	635,13	635,13	424,17	424,17	112,2%	112,2%	118,3%	118,3%	49,7%	49,7%
Industrial	667,05	667,05	392,44	392,44	117,8%	117,8%	109,4%	109,4%	70,0%	70,0%
Comercial	663,09	663,09	408,51	408,51	117,1%	117,1%	113,9%	113,9%	62,3%	62,3%
Rural	404,52	404,52	269,04	269,04	71,5%	71,5%	75,0%	75,0%	50,4%	50,4%
Poder Público	632,77	632,77	424,31	424,31	111,8%	111,8%	118,3%	118,3%	49,1%	49,1%
Iluminação Pública	392,96	392,96	230,01	230,01	69,4%	69,4%	64,1%	64,1%	70,8%	70,8%
Serviço Público	536,55	536,55	325,56	325,56	94,8%	94,8%	90,8%	90,8%	64,8%	64,8%
Subtotal	618,39	618,39	391,40	391,40	109,2%	109,2%	109,1%	109,1%	58,0%	58,0%
Suprimento	133,02	133,02	123,48	123,48	23,5%	23,5%	34,4%	34,4%	7,7%	7,7%
TOTAL	577,31	577,31	358,70	358,70	100%	100%	100%	100%	60,9%	60,9%

Fonte: DCL

12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da

Comentário do Desempenho

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 13 de maio de 2016.

A Administração



1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000 mil, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 31 de março de 2016, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Descrição	Percentual de Participação – %			
	31 de março 2016		31 de dezembro 2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	-

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D. A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015.

A subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,7 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o termo aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável.

O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos. Em 05 de abril de 2015, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.035, que prorroga a vigência das tarifas de aplicação da Celesc D até 21 de agosto de 2016.

b) Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica e prestação do serviço de geração:

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046
Garcia – Rio Garcia (ii)	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (iii)	Faxinal do Guedes/SC	3,80	5,40	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (iv)	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Piraf – Rio Piraf	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	106,75	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos.

(iii) Em 17 de março de 2015, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação para 12,82MW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 como objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos.

(iv) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do

TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

O quadro a seguir representa os projetos de expansão da geração no parque próprio da Celesc G:

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo da Potência (MW)	Potência Final (MW)
PCH Celso Ramos*	5,4	7,4	12,8
PCH Salto	6,3	23,7	30,0
PCH Cedros	8,4	3,6	12,0
CGH Pinhal	-	1,0	1,0
CGH Rio Bonito	-	0,8	0,8
Subtotal	20,1	36,5	56,6

* Potência Final conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078/2015
Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

O parque de geração em parceria com investidores privados possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc nesses empreendimentos é de 7,95MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW		25,28	14,30		7,95	4,52

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,70MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,18MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Estágio do Desenvolvimento
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	Em obras
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	Em projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	Em projeto
Total - MW		25,70	12,37		9,18	4,49	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

b.1) Contrato de Concessão das Usinas da Celesc G – Leilão nº 12/2015

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas

Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência realizado pela ANEEL, no dia 25 de novembro 2015.

A Companhia teve êxito no Lote C arrematando, no referido leilão, as Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões. A assinatura do contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016 foi mediante o pagamento de bonificação de outorga.

As Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, possuem concessão até 07 de novembro de 2016. O início do prazo da nova concessão de 30 anos e a alocação em cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, terá vigência a partir de 08 de novembro, conforme disposto no §3º do artigo 1º da Portaria MME nº 218/2015.

A usina Garcia, com potência instalada de 8,92MW, teve o vencimento da sua concessão em 07 de julho de 2015. O prazo da nova concessão é de 30 anos a partir da assinatura do contrato.

A energia gerada pela usina será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas será de 100% da garantia física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução nº 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

b.2) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF; e
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores

hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

Em 12 de fevereiro de 2016, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região concedeu tutela parcial, determinando que a União e a ANEEL, abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE à Celesc G, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes. Determinou, ainda, a recontabilização das liquidações realizadas, em especial a parcela de rateio de ajuste do MRE/GSF, com vencimento a partir de 05 de agosto de 2015.

A Celesc G não aderiu a repactuação do risco hidrológico proposto pela Lei Federal nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.



Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 (duzentos reais) MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais) MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD;

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha. No mês de março, o governo decidiu desligar as usinas térmicas com custo de geração acima de R\$420 reais/MWh, permitindo a adoção da bandeira tarifária amarela.

iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no mês de janeiro de 2015; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 03 de maio de 2016.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.



A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

3.1 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 31 de março 2015, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no lucro líquido da Companhia.

Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado

	Consolidado		
	31 de março 2015 Original	Reclassificação	31 de março 2015 Reapresentado
Receita	1.814.747	(300)	1.814.447
Receita das Vendas e Serviços (i)	1.600.596	(300)	1.600.296
Receita de Construção – CPC 17	86.972	-	86.972
Receita Parcela A – CVA	127.179	-	127.179
Custos	(1.681.127)	-	(1.681.127)
Custo das Vendas e Serviços	(1.594.155)	-	(1.594.155)
Custo de Construção – CPC 17	(86.972)	-	(86.972)
Lucro Bruto	133.620	(300)	133.320
Despesas com Vendas	(45.218)	-	(45.218)
Despesas Gerais e Administrativas (ii)	(92.929)	23.277	(69.652)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (i)	41.325	300	41.625
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.274	-	4.274
Resultado Operacional	41.072	23.277	64.349
Receitas Financeiras	94.225	-	94.225
Despesas Financeiras (ii)	(62.208)	(23.277)	(85.485)
Resultado Financeiro	32.017	(23.277)	8.740
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	73.089	-	73.089
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.332)	-	(17.332)
Lucro Líquido do Exercício	55.757	-	55.757
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)	55.757		55.757
Lucro Básico por Ação	55.757		55.757
Ações Ordinárias Nominativas	1,36400		1,36400
Ações Preferenciais Nominativas	1,50050		1,50050
Lucro Diluído por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	1,36400		1,36400
Ações Preferenciais Nominativas	1,50050		1,50050



3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	31 de março 2015 Original	Reclassificação	Consolidado 31 de março 2015 Reapresentado
Receitas	2.771.949	-	2.771.949
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	2.688.127	-	2.688.127
Receita com a Construção de Ativos	86.972	-	86.972
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.150)	-	(3.150)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(1.464.905)	-	(1.464.905)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(7.674)	-	(7.674)
Gastos com a Construção de Ativos	(86.972)	-	(86.972)
Perdas/Recuperação de Ativos	3.632	-	3.632
Valor Adicionado Bruto	1.216.030	-	1.216.030
Depreciação e Amortização	(58.204)	-	(58.204)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.157.826	-	1.157.826
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.274	-	4.274
Receitas Financeiras	94.225	-	94.225
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.256.325	-	1.256.325
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal (ii)	(159.437)	23.277	(136.160)
Impostos, Taxas e Contribuições	(979.721)	-	(979.721)
Juros e Variações Cambiais (ii)	(61.714)	(23.277)	(84.991)
Aluguéis	304	-	304
Lucro Retido do Exercício	(55.757)	-	(55.757)
Valor Adicionado Distribuído	(1.256.325)	-	(1.256.325)

3.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado



	Consolidado		
	31 de março 2015 Original	Reclassificação	31 de março 2015 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	73.089	-	73.089
Ajustes			
Depreciação e Amortização	58.204	-	58.204
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	7.455	-	7.455
Resultado da Equivalência Patrimonial	(4.274)	-	(4.274)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	(40.128)	-	(40.128)
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	76	-	76
Juros e Variações Monetárias (ii)	25.977	23.277	49.254
Contingências	(30.304)	-	(30.304)
Provisão para Passivo Atuarial	26.448	-	26.448
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	2	-	2
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	3.150	-	3.150
Realização de Provisão para Perdas	(3.632)	-	(3.632)
Variações nos Ativos e Passivos			
Contas a Receber	(230.937)	-	(230.937)
Tributos a Recuperar	(30.640)	-	(30.640)
Estoques	1.856	-	1.856
Ativos Regulatórios	(11.934)	-	(11.934)
Outros Ativos	(28.198)	-	(28.198)
Depósitos Judiciais	(5.498)	-	(5.498)
Fornecedores	78.220	-	78.220
Salários e Encargos Sociais	(2.854)	-	(2.854)
Tributos a Pagar	70.572	-	70.572
Taxas Regulamentares	163.172	-	163.172
Outros Passivos	5.643	-	5.643
Passivo Atuarial (ii)	(47.349)	(23.277)	(70.626)
Caixa Proveniente das Operações	78.116	-	78.116
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(70.034)	-	(70.034)
Juros Pagos	(15.775)	-	(15.775)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(7.693)	-	(7.693)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(63.696)	-	(63.696)
Aumento de Capital	(3.861)	-	(3.861)
Redução de Capital de Investidas	7.800	-	7.800
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Investimentos	(59.757)	-	(59.757)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de Empréstimos	(87.627)	-	(87.627)
Ingressos de Empréstimos	102.940	-	102.940
Dividendos Pagos	(1)	-	(1)
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Financiamentos	15.312	-	15.312
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(52.138)	-	(52.138)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	449.789	-	449.789
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	397.651	-	397.651

(i) A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$300, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas, líquidas para Dedução da Receita.

(ii) Foi reclassificada a atualização monetária e juros sobre obrigação a pagar, no valor de R\$23.277, referente à cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

a) CPC 04 (R1) – Ativo intangível: esclarece a definição da vida útil dos softwares e incrementou o método de amortização linear dos ativos intangíveis de vida útil definida.

b) CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: ajustou os critérios das exceções à aplicação do método de equivalência patrimonial, e os procedimentos para o método de equivalência patrimonial.

c) CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto: explica que a contabilização de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes da aquisição de uma participação em operação em conjunto em que a atividade da operação em conjunto constitui um negócio, aplicam-se na extensão da participação, todos os princípios sobre a contabilização de combinação de negócios do Pronunciamento Técnico CPC 15 e outros pronunciamentos, que não conflitam com as orientações deste pronunciamento. Incluiu também as especificações da contabilização da aquisição de participação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitui um negócio.

d) CPC 20 (R1) – Custo de empréstimos: estabelece que não é requerido a aplicação desse pronunciamento para o ativo qualificável mensurado por valor justo, como por exemplo, ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Adicionalmente também foi incluído plantas portadoras como ativo qualificável.

e) CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária: estabelece que as notas explicativas compreendam as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. Para as informações obrigatórias deve-se fazer referência cruzada do local que estas estão divulgadas.

f) CPC 22 – Informações por Segmento: clarificou a ilustração das informações descritivas sobre os segmentos informados pela entidade.

g) CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis: clarificou que as notas explicativas compreendem as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. A Entidade não deve reduzir a compreensão das demonstrações contábeis pela agregação de itens materiais. A entidade não deve incluir informações nas notas explicativas requeridas por Pronunciamentos específicos se o resultado desta divulgação não for material. Permite uma maior segregação das contas do que o apresentado anteriormente no balanço patrimonial para permitir a maior compreensão das operações.

h) CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: esclarece os procedimentos a serem feitos quando o ativo mantido para venda ou mantido

para distribuição aos proprietários deixa de atender aos requisitos do CPC 31. Os efeitos dessa reclassificação devem ser contabilizados no resultado do período.

i) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados: esclarece os critérios serem utilizados como base para o cálculo da taxa de desconto. Adicionalmente explica que as alterações deste pronunciamento devem ser aplicadas desde o início do primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações contábeis que a entidade aplicar essas alterações.

j) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas: esclarece as exceções na divulgação das demonstrações consolidadas relacionadas a não divulgação de demonstrações consolidadas quando a controladora for ela mesma uma controlada. Quando o controle for perdido o investimento bem como qualquer contas a pagar e a receber desta investida deve ser reconhecido de acordo com os CPC. Tal valor será considerado como o valor justo no reconhecimento inicial do ativo financeiro de acordo como CPC 38.

k) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: esclarecem as exceções na adoção inicial para a combinação de negócios aplicadas as aquisições do passado de investimentos em coligadas, de participações em empreendimentos controlados em conjunto e de participações em operação conjunta em que a atividade seja um negócio.

l) CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: amplia e esclarece o entendimento que a entidade não tem mais envolvimento contínuo em ativo financeiro se como parte da transferência ela não reter qualquer dos direitos ou obrigações contratuais inerentes ao ativo financeiro.

m) CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades: esclarece que a entidade de investimento que elaborar demonstrações contábeis em que todas as suas controladas são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, deve apresentar as divulgações relativas a entidades de investimentos exigidas por este Pronunciamento.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

a) IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos

financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

b) IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

c) IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário

subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

							Consolidado
							31 de março 2016
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.466.184	62.876	19.693	13.322	5.248	1.567.323
Caixa e Equivalente de Caixa		1.075.563	-	-	-	-	1.075.563
Subsídio Decreto nº 7.891/13		811.807	-	-	-	-	811.807
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	7.588	15.258	71.347	14.457	-	108.650
Total Ativo		3.361.142	78.134	91.040	27.779	5.248	3.563.342
	110% a 121,5%						
Empréstimo Bancário	CDI	15.818	28.355	127.953	196.252	-	368.378
Eletrobras	5% a.a.	3.994	4.402	19.946	52.136	4.639	85.116
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	543	850	4.165	27.065	7.272	39.896
	CDI + 1,3% a 2,5%						
Debêntures – Celesc D	a.a.	2.595	15.968	300.369	329.733	-	648.664
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	1.982	-	150.448	-	152.430
Fornecedores		348.854	274.600	6.698	-	-	630.152
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	9.906	7.499	35.025	231.966	297.958	582.355
Total Passivo		381.710	333.656	494.156	987.600	309.869	2.506.991

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2016:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI ¹ (%)			14,11%	17,64%	21,17%
	Aplicações Financeiras	1.018.266	143.677	179.597	215.516
	Empréstimos	(363.312)	(51.263)	(64.079)	(76.895)
	Debêntures	(762.489)	(107.587)	(134.484)	(161.381)
SELIC			14,05%	17,56%	21,08%
	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	100.960	14.185	17.731	21.277
IPCA ² (%)			9,39%	11,74%	14,09
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	137.962	12.955	16.197	19.439
	Reserva Matemática a amortizar	(513.242)	(48.193)	(60.255)	(72.316)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M16 com vencimento em 01/06/2016 – (fechamento 21/01/2016)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Total dos Empréstimos	479.361	542.174
Debêntures	762.489	600.731
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.075.563)	(922.047)
Dívida Líquida	166.287	220.858
Total do Patrimônio Líquido	2.250.682	2.224.728
Total do Capital	2.416.969	2.445.586
Índice de Alavancagem Financeira (%)	6,88%	9,03%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2016. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	292.494	196.520
Outros	217	217
Total do Ativo	429.972	333.998

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2016.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	1.075.563	-	-	1.075.563
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	292.494	-	292.494
Contas a Receber de Clientes	-	2.052.203	-	-	2.052.203
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)	-	811.807	-	-	811.807
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	-	100.960	-	-	100.960
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	-	228.560	-	-	228.560
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	4.269.093	292.711	-	4.699.065
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	630.152	630.152
Eletrobrás	-	-	-	77.738	77.738
Empréstimos	-	-	-	479.361	479.361
Debêntures	-	-	-	762.489	762.489
Reserva Matemática a amortizar	-	-	-	513.242	513.242
	-	-	-	2.462.982	2.462.982

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2015.



Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	922.047	-	-	922.047
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	196.520	-	196.520
Contas a Receber de Clientes	-	1.967.430	-	-	1.967.430
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)	-	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	-	445.359	-	-	445.359
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	3.997.072	196.737	-	4.331.070
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	732.321	732.321
Eletrobrás	-	-	-	89.435	89.435
Empréstimos	-	-	-	542.174	542.174
Debêntures	-	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a amortizar	-	-	-	508.197	508.197
	-	-	-	2.472.858	2.472.858

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.210.389	1.169.685
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	270.606	245.193
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	571.208	552.552
	2.052.203	1.967.430

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Recursos em Banco e em Caixa	35	36	57.297	42.481
Aplicações Financeiras	21.006	25.199	1.018.266	879.566
	21.041	25.235	1.075.563	922.047

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2015, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para o ano de 2015 o valor apurado para o respectivo ano está muito próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2015 foi de 14,25% para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Consumidores					
Residencial	364.566	137.074	66.139	567.779	494.068
Industrial	338.138	50.068	337.674	725.880	750.295
Comércio, Serviços e Outros	259.512	47.132	73.692	380.336	353.315
Rural	54.919	13.532	9.565	78.016	79.109
Poder Público	36.385	6.585	39.113	82.083	74.067
Iluminação Pública	28.345	285	17.143	45.773	47.016
Serviço Público	22.395	478	1.212	24.085	24.104
	1.104.260	255.154	544.538	1.903.952	1.821.974
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	69.609	4.503	7.850	81.962	84.704
Transações no Âmbito da CCEE	39.496	-	-	39.496	30.102
Outros Créditos	(2.976)	10.949	18.820	26.793	30.650
	106.129	15.452	26.670	148.251	145.456
	1.210.389	270.606	571.208	2.052.203	1.967.430
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(484.880)	(476.628)
				1.567.323	1.490.802
Circulante				1.548.753	1.474.884
Não Circulante				18.570	15.918

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Após estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva com a consultoria Abdo, Ellery & Associados – Consultoria Empresarial em Energia e Regulação Ltda – AEA foram realizados apontamentos sobre as receitas que deveriam também compor a base de cálculo para apuração da Alíquota Efetiva de PIS/PASEP e da COFINS, baseando-se inicialmente na Resolução Homologatória nº 1.927, de 4 de agosto de 2015:

Art. 14. Autorizar a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário/agente suprido, das despesas relativas ao PIS/PASEP e à COFINS efetivamente incorridas pela Celesc-DIS no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor/usuário/agente suprido, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

As recomendações nos estudos realizados indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015, como descrito em seu relatório:

Assim, observa-se que a CELESC D está considerando na apuração da alíquota efetiva a serem incluídas nas tarifas dos seus consumidores, apenas as despesas de PIS/PASEP e COFINS que decorrem da incidência desses tributos na Receita de Fornecimento, na Receita de Suprimento e na Recita de Uso do Sistema de Distribuição. Portanto, há receitas que incidem tais tributos e que não estão sendo considerados no cálculo das alíquotas efetivas a serem adicionadas às tarifas dois meses depois.

A análise elaborada pela consultoria destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou também parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Consumidores		
Residencial	66.130	63.250
Industrial	155.992	152.712
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	68.144	66.597
Rural	4.769	4.650
Poder Público	32.255	32.042
Iluminação Pública	15.779	15.586
Serviço Público	1.100	1.090
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.478	3.468
	484.880	476.628
Circulante	348.752	340.500
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída	10.466
Baixas de Contas a Receber	(2.214)
Saldo em 31 de março de 2016	484.880

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando



a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

10. Outros Ativos e Ativos Financeiros – Circulantes e Não Circulantes

	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Outros Créditos a Receber - Circulante		
Dividendos	251	682
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 1.1.1 – item f e Nota 23)	811.807	662.236
Pessoal a disposição	5.098	3.072
Adiantamento Proinfra	15.091	15.091
Adiantamentos Diversos	2.715	2.997
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	35.708	38.488
Compartilhamento de Infraestrutura	3.321	3.337
Programa Baixa Renda	30.423	24.098
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	90.553	248.458
Ativos Financeiros- Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	21.113	-
Outras contas	37.385	27.048
	1.053.465	1.025.507
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	10.407	196.901
Ativos Financeiros- Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	207.447	-
Outras contas	1.393	2.119
	219.247	199.020
	1.272.712	1.224.527

11. Ativo Financeiro

11.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	Consolidado								
	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	991.706	(48.786)	(112.401)	355	830.874	149.867	681.007	790.016	40.858
Aquisição de Energia - (CVA energ)	636.288	(17.132)	(98.053)	1.112	522.215	130.737	391.478	522.215	-
Proinfra	-	11.376	-	699	12.075	-	12.075	8.050	4.025
Transporte Rede Básica	32.982	7.916	(6.448)	786	35.236	8.598	26.638	26.356	8.880
Transporte de Energia - Itaipu	1.433	-	(423)	8	1.018	564	454	867	151
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	126.565	40.389	-	-	166.954	-	166.954	166.954	-
CDE	194.438	(91.335)	(7.477)	(2.250)	93.376	9.968	83.408	65.574	27.802
Demais Ativos Financeiros Setoriais	96.738	-	(6.170)	-	90.568	8.228	82.340	70.252	20.316
Neutralidade da Parcela A	60.948	-	-	-	60.948	-	60.948	40.632	20.316
Sobrecontratação de Energia	21.392	-	-	-	21.392	-	21.392	21.392	-
Outros	14.398	-	(6.170)	-	8.228	8.228	-	8.228	-
Total Ativos	1.088.444	(48.786)	(118.571)	355	921.442	158.095	763.347	860.268	61.174



Financeiros Setoriais									
Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(614.149)	(244.409)	69.132	(5.567)	(794.993)	(92.175)	(702.818)	(744.226)	(50.767)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(316.008)	(189.474)	-	(4.927)	(510.409)	-	(510.409)	(468.127)	(42.282)
Proifa	(1.639)	590	451	(4)	(602)	(602)	-	(602)	-
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	(296.502)	(55.525)	68.681	(636)	(283.982)	(91.573)	(192.409)	(275.497)	(8.485)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(28.936)	214	3.233	-	(25.489)	(4.311)	(21.178)	(25.489)	-
Sobrecontratação de Energia	(21.392)	214	-	-	(21.178)	-	(21.178)	(21.178)	-
Outros	(7.544)	-	3.233	-	(4.311)	(4.311)	-	(4.311)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(643.085)	(244.195)	72.365	(5.567)	(820.482)	(96.486)	(723.996)	(769.715)	(50.767)
Total Ativos Financeiros Setoriais, líquidos	445.359	(292.981)	(46.206)	(5.212)	100.960	61.609	39.351	90.553	10.407

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	57.692	100.961
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	(21.811)	276.597
Total da Parcela A – CVA	35.881	377.558
Outros Itens de CVA	65.079	67.801
Total	100.960	445.359

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

11.2. Bonificação de Outorga



Em novembro de 2015, a ANEEL promoveu o leilão de 29 usinas hidrelétricas existentes com concessões vencidas. As hidrelétricas foram outorgadas pelo prazo de trinta anos mediante a contrapartida do pagamento de Bonificação de Outorga pelos agentes de geração.

De acordo com as regras do leilão as usinas licitadas deverão destinar 70% de sua energia assegurada ao mercado regulado, podendo o restante ser livremente negociado pelos vencedores a partir de 2017. No ano de 2016, 100% da energia será destinada ao mercado regulado.

A receita proposta no mercado regulado (Receita Anual da Geração – RAG) é composta pela remuneração da Gestão dos Ativos da Geração (GAG) e pelo Retorno da Bonificação da Outorga (RBO).

A GAG é formada pela remuneração da operação e manutenção das usinas (GAGO&M) e a remuneração dos investimentos em melhorias nas instalações durante o período de concessão (GAGMelhorias). A RBO é calculada a partir da remuneração da Bonificação da Outorga a uma taxa mínima de retorno (WACC) de 9,04% ao ano.

A metodologia de cálculo da GAG e RBO está disciplinada na Nota Técnica nº 257/2015-SGT/ANEEL, de 25 de setembro de 2015 e na Nota Técnica nº 210/2015-SEM/SRG/SGT/ANEEL, de 06 de outubro de 2015, na qual constam as equações que deverão ser utilizadas para efetuar o cálculo da RAG a ser auferida pela geradora ao longo da concessão.

As usinas Bracinho, Cedros, Salto, Palmeiras e Garcia, organizadas no “LOTE C” do leilão, tiveram suas concessões licitadas e arrematadas pela Celesc Geração S.A., com valor a ser pago pela bonificação de outorga (BO) de R\$228,5 milhões.

A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc Geração foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total e a 2ª parcela, de R\$79,9 milhões possui vencimento em 05 de julho de 2016, atualizada pela taxa Selic. O montante atualizado em 31 de março de 2016, registrado como “Contas a Pagar”, é de R\$82,6 MM.

Em 31 de dezembro de 2015	-
(+) Adições	228.560
Usina Garcia	37.443
Usina Bracinho	46.408
Usina Cedros	35.597
Usina Salto	21.042
Usina Palmeiras	88.070
Em 31 de março de 2016	228.560



Cabe lembrar que estes valores das parcelas de GAG, de RBO, e encargos serão reduzidos em trinta por cento a partir de Janeiro de 2017, data em que será permitida à Celesc Geração a livre comercialização de 30% de sua energia assegurada.

12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Em Serviço	137.962	116.702
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	137.962	116.702
Em Curso	154.532	79.818
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	154.532	79.818
Total	292.494	196.520
Circulante	-	-
Não Circulante	292.494	196.520

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a parcela que estava registrada no Ativo Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Em 31 de dezembro de 2015	196.520
(+) Novas Aplicações	91.557
(+) Ajuste VNR (i)	5.105
(-) Resgate	(688)
Em 31 de março de 2016	292.494

(i) A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2016, o montante de R\$5.105, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será



atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
ICMS ⁴	-	-	38.345	39.140
PIS e COFINS ⁵	-	-	407	407
IRPJ e CSLL ⁶	2.384	2.298	108.842	131.399
Outros	180	101	3.047	2.952
Total	2.564	2.399	150.641	173.898
Circulante	2.564	2.399	131.956	158.667
Não Circulante	-	-	18.685	15.231

Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

14. Transações com Partes Relacionadas

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652
Em 31 março de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado				
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015					
Governo do Estado de SC					
ICMS	177.055	39.140	-	-	-
Contas a Receber	-	-	8.602	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	18.343
	<u>177.055</u>	<u>39.140</u>	<u>8.602</u>	<u>13.140</u>	<u>18.343</u>
Em 31 de março de 2016					
Governo do Estado de SC					
ICMS	158.982	38.345	-	-	-
Contas a Receber	-	-	8.411	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	10.445
	<u>158.982</u>	<u>38.345</u>	<u>8.411</u>	<u>13.140</u>	<u>10.445</u>

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Consolidado	
	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas
Em 31 de março de 2015		
Governo do Estado de SC		
ICMS	483.429	-
Receita de Vendas	-	17.972
	<u>483.429</u>	<u>17.972</u>
Em 31 de março de 2016		
Governo do Estado de SC		
ICMS	578.520	-
Receita de Vendas	-	20.179
	<u>578.520</u>	<u>20.179</u>

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) o Ofício GABS/SE nº 167/2016, datado de 10 de março de 2016, reconhecendo o débito e concordando com o cálculo de atualização apresentado pela Celesc.

O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$12.652. A atualização monetária de R\$8.390 foi contabilizada em Receitas Financeiras.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração



A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015
Administradores				
Honorários	1.140	1.088	1.140	1.088
Encargos Sociais	325	294	325	294
Outros	25	24	25	24
	1.490	1.406	1.490	1.406

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Controladas				
Celesc D	1.517.670	1.501.051	-	-
Celesc G	372.987	372.169	-	-
	1.890.657	1.873.220	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	90.385	84.005	90.385	84.005
ECTE	49.690	45.486	49.690	45.486
	140.075	129.491	140.075	129.491
Coligadas				
DFESA	34.889	32.234	34.889	32.234
SPES ⁷	-	-	39.898	39.924
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	34.889	32.234	74.787	72.158
	2.065.621	2.034.945	214.862	201.649

a) Informações sobre Investimentos

Descrição					Controladora	
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Social			
Em 31 de dezembro de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.501.051	7.202.344	81.346
Celesc G	43.209	100%	100%	372.169	424.070	33.654
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Em 31 de março de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.517.670	7.352.663	16.619
Celesc G	43.209	100%	100%	372.987	631.404	818

⁷ Sociedade de Propósito Específico.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ECTE	13.001	30,88%	30,88%	160.890	456.757	13.612
SCGÁS	1.827	17%	51%	289.855	488.166	39.688
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	151.495	159.783	11.531
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)

Descrição	Consolidado					Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	45.476	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.162	61.960	170
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.044	6.470	(91)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	33.542	58.286	851
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.688	45.398	(465)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.038	12.639	(400)
Em 31 de março de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	160.890	456.757	13.612
SCGÁS	45.476	17%	51%	289.855	488.166	39.688
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	151.495	159.783	11.531
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	36.762	63.779	1.784
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.536	5.536	(4)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.030	6.443	(21)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	34.726	58.611	1.183
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	18.359	43.490	(1.328)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	12.412	21.715	(618)

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Dividendos e JCP Creditados	(37.542)	(12.819)	(6.850)	(252)	(20.596)	(78.059)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	81.346	33.654	5.519	1.007	26.141	147.667
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	-	-	-	-	-	-
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(367)	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.619	818	4.204	6.747	2.655	31.043
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016	1.517.670	372.987	49.690	90.385	34.889	2.065.621



Descrição					Consolidado
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Integralizações	-	-	-	10.956	10.956
Dividendos e JCP Creditados	(6.850)	(252)	(20.596)	-	(27.698)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.519	1.007	26.141	(145)	32.522
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	4	4
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	-	-	-	-	-
Amortização Ágio – Concessão	-	(367)	-	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.204	6.747	2.655	34	13.640
Redução de Capital Social	-	-	-	-	-
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
Em 31 de março de 2016	49.690	90.385	34.889	39.898	214.862

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de março de 2016 era de R\$41.109 (R\$41.476 em 31 de dezembro de 2015), é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição							Consolidado
	Terre- nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru- ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302	232.350
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(171)	(171)
Depreciação	(4.283)	(30.505)	(4.094)	(20.933)	(228)	-	(60.043)
(+/-) Transferências	166	3.801	36.851	106.374	(175)	(147.017)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	1.463	1.589	(5.306)	(15.580)	(5)	-	(17.839)
Realização de Provisão para Perdas	187	3.130	998	6.657	107	-	11.079
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.717	1.537	23.594	455.807
Provisão para Perdas	(10.562)	(37.483)	(5.179)	(16.316)	70	-	(69.470)
Depreciação Acumulada	(4.283)	(125.952)	(14.222)	(65.828)	(1.196)	-	(211.481)
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Adições	-	-	-	-	-	451	451
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(913)	(5.172)	(465)	(2.934)	(22)	-	(9.506)
(+/-) Transferências	-	-	-	1.935	-	(1.935)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Provisão para Perdas (i)	12	782	136	955	2	-	1.887
Em 31 de março de 2016	4.456	21.000	30.202	89.529	391	22.110	167.688
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	173.652	1.537	22.110	456.258
Provisão para Perdas	(10.550)	(36.701)	(5.043)	(15.361)	72	-	(67.583)
Depreciação Acumulada	(5.196)	(131.124)	(14.687)	(68.762)	(1.218)	-	(220.987)
Em 31 de março de 2016	4.456	21.000	30.202	89.529	391	22.110	167.688
	40%	4%	1%	2%	1%	0%	



(i) No primeiro trimestre de 2016, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o mesmo período, de R\$1.887.

17. Intangível

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2015	Amortizações	31 de março 2016
Ágio Aquisição ECTE	7.457	(125)	7.332

Descrição	Consolidado						Total
	Contratos de Concessão (a)	Uso do Bem Público (b)				Itens em Andamento	
	Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G	Faixa de Servidão		
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Custo Total	4.144.573	2.720	14.248	6.533	70	3.775	4.171.919
Amortização Acumulada	(1.088.889)	(1.632)	(6.791)	(3.787)	-	-	(1.101.099)
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Adições	159.326	3.775	-	-	-	(3.775)	159.326
(-) Obrigações Especiais/ Ultrapassagem e Excedente Reativo	(175.750)	-	-	-	-	-	(175.750)
Baixas	(11.147)	-	-	-	-	-	(11.147)
Amortizações	(49.944)	(325)	(125)	(523)	-	-	(50.917)
Em 31 de março de 2016	2.978.169	4.538	7.332	2.223	70	-	2.992.332
Custo Total	4.117.002	6.495	14.248	6.533	70	-	4.144.348
Amortização Acumulada	(1.138.833)	(1.957)	(6.916)	(4.310)	-	-	(1.152.016)
Em 31 de março de 2016	2.978.169	4.538	7.332	2.223	70	-	2.992.332
Taxa Média de Amortização	6,4%	5%	0,2%	8%	0%	-	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo

periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito.

A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 31 de março de 2016 o respectivo saldo passivo era de R\$2.261. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 9,33%.

Os valores mensais a serem recolhidos até o segundo trimestre de 2016, quando serão atualizados pelo IPCA, são:

<u>Centrais Geradoras</u>	<u>Valor das Parcelas UBP até junho de 2016</u>
PCH Garcia	-
PCH Ivo Silveira	-
PCH Cedros	25
PCH Salto	19
PCH Bracinho	29
UHE Palmeiras	39
PCH Pery	61
UHE Caveiras	7
PCH Celso Ramos	14

18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	127.927	127.217	-	-	127.927	127.217
Provisão para Perdas em Ativos	68.093	70.640	-	-	68.093	70.640
Benefício Pós-Emprego	299.022	305.565	-	-	299.022	305.565
Custo Atribuído	-	-	19.426	22.580	(19.426)	(22.580)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	25.260	-	-	-	25.260
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	61.985	62.514	(61.985)	(62.514)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	76.374	77.027	(76.374)	(77.027)
Parcela A - CVA	1.465	2.565	35.793	153.988	(34.328)	(151.423)
Outras Provisões	-	-	1.752	1.183	(1.752)	(1.183)
	496.507	531.247	195.330	317.292	301.177	213.955

	Consolidado	
	31 de março	31 de dezembro
	2016	2015
Ativo	301.177	214.282
Passivo	-	(327)
Tributo Diferido Líquido	301.177	213.955

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Os tributos diferidos da Parcela A – CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2016 são:

Ano	Consolidado	
	31 de	31 de
	março	dezembro
	2016	2015
2016	100.209	99.486
2017	76.771	66.325
2018	55.583	63.393
2019	54.910	62.786
Acima de 2020	209.035	239.257
Total	496.507	531.247

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	março	março	março
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	25.954	55.757	36.591	73.089
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(8.824)	(18.957)	(12.441)	(24.850)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	10.555	21.415	4.638	1.599
Benefício Fiscal	-	-	1.384	-
Incentivo Fiscal	-	-	(12)	(18)
Provisões Indedutíveis	(168)	(168)	(168)	(168)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.005)	(1.411)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	(2.262)
Participação dos Administradores	(34)	(28)	(45)	(28)
Depreciação VNR	-	-	(4)	-
Outras Adições (Exclusões)	(1.529)	(2.262)	(1.984)	9.806
	-	-	(10.637)	(17.332)
Corrente	-	-	(97.861)	(55.996)
Diferido	-	-	87.224	38.664
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-29,07%	-23,71%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

Na Celesc e Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os



valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Energia Elétrica	459.718	558.302
Encargos de Uso da Rede Elétrica	39.894	36.730
Materiais e Serviços	61.814	78.901
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	68.726	58.388
	630.152	732.321

20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	363.312	416.921
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	77.738	89.435
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	38.311	35.818
Total		479.361	542.174
Circulante		205.132	217.157
Não Circulante		274.229	325.017

a) Empréstimos Bancários

Em abril de 2014, a Celesc D captou recursos para capital de giro no valor de R\$ 90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI, cuja liquidação total ocorreu em março de 2016.

Em junho de 2014 captou ainda para capital de giro o valor de R\$ 300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI. Em abril de 2015, esse contrato foi repactuado com alongamento do prazo de pagamento para 38 meses, carência de 8 meses e amortização mensal após carência. Seu vencimento final está previsto para junho de 2018.

Em janeiro de 2015, houve mais uma captação de recursos para capital de giro no valor de



R\$ 100 milhões junto ao Banco do Brasil, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI. O pagamento está previsto para 24 parcelas mensais e o vencimento final previsto para janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão - RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e possuem anuência da ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a.a. a 9,5% a.a. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações estão previstas para 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da empresa.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Descrição	Consolidado	
	31 de	31 de
	março	dezembro
	2016	2015
Ano 2017 - 1T	-	50.360
Ano 2017 - 2T - 4T	151.319	150.932
Ano 2018	86.580	90.123
Ano 2019	16.147	15.524
Ano 2020	8.071	7.448
Ano 2021	5.053	4.430
Ano 2022 +	7.059	6.200
	274.229	325.017

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos



Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174
Ingressos	-	3.739	3.739
Encargos Provisionados	16.915	-	16.915
Transferências	54.527	(54.527)	-
Amortizações de Principal	(66.290)	-	(66.290)
Pagamentos de Encargos	(17.177)	-	(17.177)
Em 31 de março de 2016	205.132	274.229	479.361

21. Debêntures

21.1 Debêntures – Celesc D

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Em reunião no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos referentes a segunda emissão de Debêntures na Celesc D. O contrato foi assinado no valor de R\$300 mil sendo emitidas 3 mil Debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.

As novas debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tem prazo de vigência de doze meses a partir da data de emissão, vencendo em 10 de setembro de 2016. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,50% ao ano.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso

contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas.

21.2 Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Ingressos	291.000
Atualização Monetária	56.982
Pagamentos	(53.258)
Custos na Emissão de Debêntures	3.119
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Ingressos	146.752
Atualização Monetária	24.144
Pagamentos	(11.467)
Custos na Emissão de Debêntures	2.329
Em 31 de março de 2016	762.489
Circulante	316.513
Não Circulante	445.976

22. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
ICMS	-	-	158.982	177.055
PIS e COFINS	403	412	43.114	59.106
IRPJ e CSLL	-	-	98.450	23.738
Outros	78	99	7.093	9.801
Circulante	481	511	307.639	269.700

23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	169.265	162.633
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	75.114	72.952
Encargo Conta Bandeiras Tarifária (i)	21.864	34.289
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	70.249	69.606
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	1.573.172	1.324.463
Uso do Bem Público	2.261	2.786
Outros	1.254	5.546
	1.913.179	1.672.275
Circulante	1.637.151	1.415.572
Não Circulante	276.028	256.703

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer as Receitas com Bandeiras referente ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros



encargos (passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Nota 10).

24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Na data das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	1.111	1.063	-	-
Cíveis	5.420	5.450	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	16.867	16.849	6.437	6.437

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	22.325	22.324
Trabalhistas	44.702	45.907	50.474	50.443
Cíveis	65.228	61.936	155.305	153.269
Regulatórias	49.248	49.248	51.518	51.518
Ambientais	-	-	24.294	24.273
	162.960	160.873	303.916	301.827

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2015	16.849	6.437	160.873	301.827
Adições	54	-	8.484	8.831
Baixas	(36)	-	(6.397)	(6.742)
Em 31 de março de 2016	16.867	6.437	162.960	303.916

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS), administrativas e judiciais.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

c) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-federal), concurso público, dentre outras.

d) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc."

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Descrição		
Tributárias (i)	2.307	2.253
Trabalhistas (ii)	12.291	13.408
Cíveis (iii)	66.574	51.366
Regulatórias (iv)	32.706	32.701
Ambientais (v)	17.842	16.292
	131.720	116.020

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	787.585	789.350
Plano Misto/Transitório (a)	787.585	703.923
Outros Benefícios a Empregados	605.323	619.865
Plano Celos Saúde (b)	464.385	464.289
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	93.773	108.841
Outros Benefícios (d)	47.165	46.735
Total	1.392.908	1.409.215
Circulante	173.332	173.205
Não Circulante	1.219.576	1.236.010

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$508 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou em 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de março de 2016 a Celesc D havia quitado o débito com 334 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	3.671	-	(27.729)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.258)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335	-	19.075	6.410	9.441
Em 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.505	-	108.841	16.444	38.316

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	7.971
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	(318)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.376	8.517	28.661	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	37.598	35.032	42.691	-
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	871
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	(499)
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	8.025

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	151.061	1.378	30.091
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	108.841	16.444	38.316
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	108.841	4.750	36.122
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	11.694	2.194
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)	-	(8.025)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	108.841	8.419	38.316

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015
Plano Transitório	11.749	10.645
Plano Misto	10.006	8.866
Plano Pecúlio	-	800
PDVI 2012	2.477	3.235
Plano Médico	8.297	2.902
Outros	1.279	-
	33.808	26.448

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2015
Taxa de Desconto (i)	13,20%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	13,20%
Taxa de Crescimento Salarial (ii)	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (iii)	3,75%
Taxa real de Crescimento dos Custos Médicos por faixa etária (<i>aging factor</i>)	2,50%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,50%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,00%

(i) A taxa de desconto sugerida baseia-se na média em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos do governo de longo prazo - NTN-B), em 31 de dezembro 2015, observada a duração dos planos pós empregos oferecidos pela Celesc (7,30% a.a. em termos reais).

(ii) Hipótese não aplicável ao Plano Transitório, por não haver mais participantes ativos e fechados a novas adesões.

(iii) Decrescente em 0,5% a.a. até o exercício de 2024. Taxa substitui a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2015
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2016

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2016
Plano Transitório	46.997
Plano Misto	40.024
Plano Pecúlio	1.071
PDV 2012	9.909
Plano Médico	33.185
Outros Benefícios	4.045
	135.231

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Outros Benefícios	Total
Em 31 dezembro de 2015	789.350	464.289	108.841	46.735	1.409.215
Pagamento	(23.521)	(8.200)	(17.545)	(849)	(50.115)
Provisão	21.756	8.296	2.477	1.279	33.808
Em 31 de março de 2016	787.585	464.385	93.773	47.165	1.392.908

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de março de 2016					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(249.869) em 31 de março de 2016 e R\$(243.745) em 31 de dezembro de 2015, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
<i>Deemed Cost</i> – Celesc G	37.708	43.832
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(287.577)	(287.577)
	(249.869)	(243.745)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2016 e de 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2016 e de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2015 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de março de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

c.1) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Consolidado	
	31 de março 2016	31 de março 2015
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044
 Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	0,6349	1,3640
Ações preferenciais nominativas - PN	0,6984	1,5005
 Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	9.859	21.180
Ações preferenciais nominativas - PN	16.095	34.578
	25.954	55.757

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 a 21.12.2016	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2014 à 14.05.2016	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768

(i) Informações não revisadas

28. Informações por Segmento de Negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 31 de março de 2016 e 2015, são as seguintes:

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	31 de março de 2016	
				Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	1.621.379	22.618	(624)	1.643.373
Custo das Vendas	-	(1.470.770)	(14.337)	624	(1.484.483)
Resultado Operacional Bruto	-	150.609	8.281	-	158.890
Despesas com Vendas	-	(49.249)	(210)	-	(49.459)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.341)	(65.499)	(2.928)	-	(73.768)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	8.182	-	-	7.689
Resultado de Equivalência Patrimonial	31.043	-	34	(17.437)	13.640
Resultado das Atividades	25.209	44.043	5.177	(17.437)	56.992
Receitas Financeiras	745	77.151	1.924	-	79.820
Despesas Financeiras	-	(94.956)	(5.265)	-	(100.221)
Resultado Financeiro, líquido	745	(17.805)	(3.341)	-	(20.401)
Lucro antes IRPJ e CSLL	25.954	26.238	1.836	(17.437)	36.591
IRPJ e CSLL	-	(9.619)	(1.018)	-	(10.637)
Lucro do Exercício	25.954	16.619	818	(17.437)	25.954
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.291.203	7.352.663	631.404		
Total dos Passivos	40.521	5.834.993	258.417		



Descrição	Controladora	31 de março de 2015			
		Celesc D (Reapresentado)	Celesc G (Reapresentado)	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida - ROL	-	1.781.263	33.733	(549)	1.814.447
Custo das Vendas	-	(1.667.846)	(13.830)	549	(1.681.127)
Resultado Operacional Bruto	-	113.417	19.903	-	133.620
Despesas com Vendas	-	(45.032)	(186)	-	(45.218)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.107)	(60.522)	(2.023)	-	(69.652)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	41.701	(76)	-	41.625
Resultado de Equivalência Patrimonial	62.986	-	(429)	(58.283)	4.274
Resultado das Atividades	55.879	49.564	17.189	(58.283)	64.349
Receitas Financeiras	387	90.010	4.071	(243)	94.225
Despesas Financeiras	(509)	(85.114)	(105)	243	(85.485)
Resultado Financeiro, Líquido	(122)	4.896	3.966	-	8.740
Lucro antes IRPJ e CSLL	55.757	54.460	21.155	(58.283)	73.089
IRPJ e CSLL	-	(11.284)	(6.048)	-	(17.332)
Lucro do Período	55.757	43.176	15.107	(58.283)	55.757
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.531.840	5.830.087	428.436		
Total dos Passivos	132.610	4.135.547	61.995		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado
	Receita Operacional Bruta – ROB	
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.557.715	2.198.519
Suprimento de Energia Elétrica (a)	67.624	68.914
Disponibilização da Rede Elétrica	132.016	71.333
Renda de Prestação de Serviços	251	341
Energia Elétrica de Curto Prazo	165.933	103.326
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(191.309)	127.179
Outras Receitas Operacionais	2.165	1.968
Doações e Subvenções (i)	155.897	116.547
Receita de Construção	84.282	86.972
	2.974.574	2.775.099
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(578.520)	(483.429)
PIS	(45.116)	(47.700)
COFINS	(207.809)	(219.707)
Reserva Global de Reversão – RGR	(151)	(220)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(346.618)	(159.363)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.760)	(7.882)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.685)	(7.882)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(1.591)	(2.088)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(450)	(300)
Outros Encargos	(135.501)	(32.081)
	(1.331.201)	(960.652)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.643.373	1.814.447



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$149.572. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$6.325.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015
Residencial	2.174.567	2.100.992	1.513.333	1.543.675	961.161	801.370
Industrial	102.124	100.820	2.274.333	1.133.134	614.976	583.908
Comercial	250.704	243.354	1.104.229	1.033.781	664.159	558.042
Rural	234.456	233.562	364.358	362.484	143.099	119.435
Poder Público	22.161	21.508	109.877	109.409	69.527	56.293
Iluminação Pública	628	583	146.859	143.562	57.709	43.509
Serviço Público	3.062	2.798	87.752	83.215	47.084	35.962
Total do Fornecimento	2.787.702	2.703.617	5.600.741	4.409.260	2.557.715	2.198.519
Suprimento de Energia	93	49	558.772	1.369.800	67.624	68.914
Total	2.787.795	2.703.666	6.159.513	5.779.060	2.625.339	2.267.433

(i) Informações não auditadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de março de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.238.977	-	-	-	1.238.977
Pessoal (b)	80.278	31.358	13.549	2.847	128.032
Administradores	-	1.490	-	-	1.490
Despesa Atuarial	-	10.601	-	-	10.601
Entidade de Previdência Privada (b)	4.500	1.755	676	-	6.931
Material	3.363	1.319	-	-	4.682
Custo de Construção	84.282	-	-	-	84.282
Custos e Serviços de Terceiros	14.581	14.651	13.985	159	43.376
Depreciação e Amortização	52.968	7.642	-	493	61.103
Provisões Líquidas	(1.887)	-	8.251	2.089	8.453
Arrendamentos e Aluguéis	464	3.242	121	(12.875)	(9.048)
Outros Custos e Despesas	6.957	1.710	12.877	(402)	21.142
	1.484.483	73.768	49.459	(7.689)	1.600.021

31 de março de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas (Reapresentado)	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.437.476	-	-	-	1.437.476
Pessoal (b)	79.241	30.915	13.097	1.717	124.970
Administradores	-	1.406	-	-	1.406
Despesa Atuarial	-	3.171	-	-	3.171
Entidade de Previdência Privada (b)	4.271	1.711	631	-	6.613
Material	3.214	1.043	-	-	4.257
Custo de Construção	86.972	-	-	-	86.972
Custos e Serviços de Terceiros	19.952	16.860	20.787	59	57.658
Depreciação e Amortização	49.954	7.756	-	-	57.710
Provisões Líquidas	(3.632)	-	3.150	(30.228)	(30.710)
Arrendamentos e Aluguéis	337	-	-	(5.944)	(5.607)
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	3.342	6.790	7.553	(7.229)	10.456
	1.681.127	69.652	45.218	(41.625)	1.754.372

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado			
	31 de março 2016	GWh (i)	31 de março 2015	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	3.438	17	4.260	16
Borborema Energética S.A.	-	-	1.851	4
Brentech Energia S.A.	-	-	7.000	12
BTG Pactual Comercializadora	-	-	22.243	62
Candeias Energia S.A.	-	-	2.565	8
Capitale Energia Comercializadora	-	-	4.155	12
Cemig Geração e Transmissão S.A.	51.039	246	49.025	201
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	203.803	1.043	233.334	997
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	3.472	29
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	2.150	9	3.407	9
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	14.377	69	106.935	68
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	3.867	28
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	8.494	75	7.108	101
Comerc. Comercializadora de Energia	-	-	2.058	6
Companhia Energética de Petrolina – CEP	8.031	50	46.297	49
Companhia Energética de São Paulo – CESP	33.355	298	33.465	234
Companhia Energética Estreito	10.456	56	9.235	55
Companhia Energética Potiguar	6.815	33	51.033	33
Companhia Hidrelétrica São Francisco	5.479	231	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	4.159	58	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A.	32.189	215	34.315	254
Delta Comercializadora de Energia	-	-	4.059	11
Eletrobras Termonuclear S.A.	32.432	176	27.551	178
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	2.608	14	2.308	14
Empresa Energética Porto das Pedras	2.804	14	2.510	14
Energest S.A.	2.013	11	2.325	16
Energética Suape II S.A.	12.870	51	10.845	50
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	-	-	5.849	34
Foz do Chapecó Energia S.A.	10.813	56	10.018	56
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60.263	479	60.171	438
Geradora de Energia do Norte S.A.	2.182	9	3.368	9
Lages Bioenergética Ltda.	11.757	48	10.792	48
Linhares Geração S.A.	2.936	8	2.809	8
Maracanau Geradora de Energia S.A.	-	-	1.844	4
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	93.077	454	163.440	449
Pie - RP Termoeletrica S.A.	-	-	6.728	19
Porto do Pecem Geração de Energia	20.737	118	18.884	116
Rio PCHI S.A.	2.880	15	2.611	15
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	2.694	14	2.430	14
Santa Fé Energia S.A.	2.072	11	1.872	11
Santo Antônio Energia S.A.	38.861	341	33.687	327
Serra do Facão Energia S.A.	5.290	27	4.525	26
SJC Bioenergia Ltda.	-	-	1.709	9
Termelétrica Viana S.A.	-	-	1.953	5
Tractebel Energia S.A.	121.179	700	117.681	766
Tradner Ltda	-	-	14.698	41
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	11.671	8
Usina Xavantes S.A - Aruanã	-	-	22.031	9
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	10.902	60	10.150	60
Conta Bandeira Tarifária	-	-	(2.015)	-
Outros	55.270	490	10.777	318
	877.425	5.496	1.192.906	5.251
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	196.936	(150)	92.862	214
Encargo de Uso da Rede Elétrica	123.531	-	121.480	-
Proinfa	41.085	94	30.228	100
	361.552	(56)	244.570	314
	1.238.977	5.440	1.437.476	5.564

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015
Pessoal				
Remunerações	2.807	4.826	70.706	69.248
Encargos Sociais	58	68	28.063	26.563
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	3.602	3.663
Benefícios Assistenciais	-	-	9.052	8.507
Provisões e Indenizações	20	28	16.570	16.919
Outros	36	38	39	70
Entidade de Previdência Privada	-	-	6.931	6.613
	2.921	4.960	134.963	131.583

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015
				Reapresentado
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	749	358	23.611	8.906
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	25.848	15.171
Variações Monetárias	-	-	11.516	2.303
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	4.465	21.427
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	4.350
Deságio Fornecedor	-	-	43	43
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	8.038	-
Receita Financeira de VNR	-	-	5.105	40.128
Outras Receitas Financeiras	32	29	5.086	1.920
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(36)	-	(3.892)	(23)
	745	387	79.820	94.225
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(16.540)	(21.388)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(23.207)	(23.277)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	-	-	(2.704)	-
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	(24.144)	-
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(11.175)	(21.07)
Variações Monetárias	-	-	(729)	(710)
Amortização do Ágio	-	(494)	-	(494)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.137)	(5.928)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(9.677)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	-	(9.524)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	(2.604)	-
Outras Despesas Financeiras	-	(15)	(2.304)	(2.257)
	-	(509)	(100.221)	(85.485)
Resultado Financeiro	745	(122)	(20.401)	8.740



29. Informações Complementares da Celesc D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	3.586.839	3.361.980
Caixa e Equivalentes de Caixa	915.349	734.239
Contas a Receber de Clientes	1.503.223	1.437.865
Estoques	6.626	7.838
Tributos a Recuperar	127.878	155.802
Ativo Financeiro Parcela A	90.553	248.458
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	811.807	662.236
Outros Créditos	131.403	115.542
Não Circulante	3.765.824	3.840.364
Ativo Indenizatório (Concessão)	292.494	196.520
Contas a Receber de Clientes	18.570	15.918
Tributos Diferidos	300.337	214.282
Tributos a Recuperar	18.483	15.029
Depósitos Judiciais	145.971	143.911
Ativo Financeiro - Parcela A	10.407	196.901
Outros Créditos	1.393	2.119
Intangível	2.978.169	3.055.684
Total do Ativo	7.352.663	7.202.344
Passivo	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	3.464.108	3.289.482
Fornecedores	621.048	723.456
Empréstimos e Financiamentos	205.132	217.157
Debêntures	314.533	301.598
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	127.590	130.423
Tributos e Contribuições Sociais	303.485	240.907
Dividendos Propostos	19.320	19.320
Taxas Regulamentares	1.635.020	1.413.205
Previdência Privada	10.445	18.343
Passivo Atuarial	173.306	173.171
Outros Passivos	54.229	51.902
Não Circulante	2.370.885	2.411.811
Empréstimos e Financiamentos	274.229	325.017
Debêntures	299.224	299.133
Taxas Regulamentares	274.198	254.714
Passivo Atuarial	1.219.576	1.236.010
Provisão para Contingências	296.551	294.462
Outros Passivos	7.107	2.475
Patrimônio Líquido	1.517.670	1.501.051
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	735.038	735.038
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(287.577)	(287.577)
Lucros Acumulados	16.619	
Total do Passivo	7.352.663	7.202.344

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.537.097	1.694.291
Receita de Construção	84.282	86.972
Custos Operacionais	(1.470.770)	(1.667.846)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.386.488)	(1.580.874)
Custo de Construção	(84.282)	(86.972)
Resultado Operacional Bruto	150.609	113.417
Despesas Operacionais	(106.566)	(63.853)
Despesas com Vendas	(49.249)	(45.032)
Despesas Gerais e Administrativas	(65.499)	(60.522)
Outras Despesas Operacionais	8.182	41.701
Resultado das Atividades	44.043	49.564
Resultado Financeiro	(17.805)	4.896
Receitas Financeiras	77.151	90.010
Despesas Financeiras	(94.956)	(85.114)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	26.238	54.460
IRPJ e CSLL	(9.619)	(11.284)
Diferido	(95.675)	(49.360)
Corrente	86.056	38.076
Lucro do Exercício	16.619	43.176

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB	2.949.895	2.738.338
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.549.374	2.181.299
Suprimento de Energia Elétrica (a)	50.703	48.824
Ativos e Passivos Financeiros	(191.309)	127.179
Disponibilização da Rede Elétrica	132.599	71.882
Energia de Curto Prazo	165.933	103.326
Arrendamento e Aluguéis	-	-
Doações e Subvenções	155.897	116.547
Receita de Construção	84.282	86.972
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.328.516)	(957.075)
ICMS		
PIS	(578.520)	(483.429)
COFINS	(44.770)	(47.193)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(206.213)	(217.373)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(346.618)	(159.363)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.685)	(7.882)
Taxa de Fiscalização	(7.685)	(7.882)
Outros Encargos	(1.524)	(1.872)
	(135.501)	(32.081)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.621.379	1.781.263

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015	31 de março 2016	31 de março 2015
Residencial	2.174.567	2.100.992	1.513.333	1.543.675	961.161	801.370
Industrial	102.113	100.801	2.227.143	1.061.865	606.635	566.688
Comercial	250.704	243.354	1.104.229	1.033.781	664.159	558.042
Rural	234.456	233.562	364.358	362.484	143.099	119.435
Poder Público	22.161	21.508	109.877	109.409	69.527	56.293
Iluminação Pública	628	583	146.859	143.562	57.709	43.509
Serviço Público	3.062	2.798	87.752	83.215	47.084	35.962
Total do Fornecimento	2.787.691	2.703.598	5.553.551	4.337.991	2.549.374	2.181.299
Suprimento de Energia	52	45	421.284	395.400	50.703	48.824
Total Geral	2.787.743	2.703.643	5.974.835	4.733.391	2.600.077	2.230.123

(i) Informações não auditadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas:

31 de março de 2016

Descrição	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	1.235.192	-	-	-	1.235.192
Pessoal	79.001	26.656	13.479	2.847	121.983
Despesa Atuarial	-	10.601	-	-	10.601
Entidade de Previdência Privada	4.500	1.755	676	-	6.931
Material	3.336	1.204	-	-	4.540
Custo de Construção	84.282	-	-	-	84.282
Custo e Serviços de Terceiros	13.847	13.726	13.860	159	41.592
Depreciação e Amortização	42.661	7.283	-	-	49.944
Provisões Líquidas	-	-	8.251	2.089	10.340
Outros Custos de Despesas	7.951	4.274	12.983	(13.277)	11.931
	1.470.770	65.499	49.249	(8.182)	1.577.336

31 de março de 2015

Reapresentado

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	1.437.455	-	-	-	1.437.455
Pessoal	77.991	24.597	13.031	1.717	117.336
Despesa Atuarial	-	3.171	-	-	3.171
Entidade de Previdência Privada	4.271	1.711	631	-	6.613
Material	3.202	1.039	-	-	4.241
Custo de Construção	86.972	-	-	-	86.972
Custo e Serviços de Terceiros	18.503	16.066	20.682	59	55.310
Depreciação e Amortização	34.844	7.574	-	-	42.418
Provisões Líquidas	-	-	3.150	(30.304)	(27.154)
Outros Custos de Despesas	4.608	6.364	7.538	(13.173)	5.337
	1.667.846	60.522	45.032	(41.701)	1.731.699

30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	208.250	200.859
Caixa e Equivalentes de Caixa	139.173	162.573
Contas a Receber de Clientes	45.740	37.220
Estoques	177	198
Tributos a Recuperar	1.514	466
Ativo Financeiro	21.113	-
Outras contas a receber	533	402
Não Circulante	423.154	223.211
Tributos a Recuperar	202	202
Depósitos Judiciais	122	113
Tributos Diferidos	840	-
Partes Relacionadas	488	488
Ativo Financeiro	207.447	-
Investimentos	39.898	39.924
Imobilizado	167.326	174.805
Intangível	6.831	7.679
Total do Ativo	631.404	424.070
Passivo	31 de março 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	108.907	48.657
Fornecedores	9.284	9.023
Debêntures	1.980	-
Tributos e Contribuições Sociais	3.673	28.282
Dividendos Propostos	7.993	7.993
Taxas Regulamentares	2.131	2.367
Outros Passivos	83.846	992
Não Circulante	149.510	3.244
Debêntures	146.752	-
Tributos Diferidos	-	327
Provisão para Contingências	928	928
Taxas Regulamentares	1.830	1.989
Patrimônio Líquido	372.987	372.169
Capital Social Realizado	145.532	145.532
Reservas de Lucro	182.805	182.805
Ajuste de Avaliação Patrimonial	37.708	43.832
Lucro Acumulado	6.942	-
Total do Passivo	631.404	424.070

30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita	22.618	33.733
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(14.337)	(13.830)
Resultado Operacional Bruto	8.281	19.903
Despesas Operacionais	(3.104)	(2.714)
Despesas com Vendas	(210)	(186)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.928)	(2.023)
Provisões, Líquidas	-	(76)
Resultado da Equivalência Patrimonial	34	(429)
Resultado das Atividades	5.177	17.189
Resultado Financeiro	(3.341)	3.966
Receitas Financeiras	1.924	4.071
Despesas Financeiras	(5.265)	(105)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	1.836	21.155
IRPJ e CSLL	(1.018)	(6.048)
Corrente	(2.186)	(6.636)
Diferido	1.168	588
Lucro do Exercício	818	15.107

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2016	31 de março 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	8.341	17.220
Suprimento de Energia Elétrica (a)	7.577	10.696
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	9.385	9.394
	25.303	37.310
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(346)	(507)
COFINS	(1.596)	(2.334)
Reserva Global de Reversão – RGR	(151)	(220)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(67)	(216)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(75)	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(450)	(300)
	(2.685)	(3.577)
Receita Operacional Líquida – ROL	22.618	33.733

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	11	19	47.190	71.269	8.341	17.220
Suprimento de Energia	49	5	128.633	27.129	7.577	10.696
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	8.855	19.635	9.385	9.394
Total	60	24	184.678	118.033	25.303	37.310

(i) Informações não auditadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.826	-	-	-	3.826
Pessoal	1.277	70	1.781	-	3.128
Material	27	-	115	-	142
Encargos de Uso da Rede Elétrica	583	-	-	-	583
Custos e Serviços de Terceiros	734	125	452	-	1.311
Depreciação e Amortização	10.307	-	358	-	10.665
Seguros	-	-	34	-	34
Provisões Líquidas	(1.887)	-	-	-	(1.887)
Tributos	(212)	15	94	-	(103)
Aluguéis	-	-	73	-	73
Outros Custos e Despesas	(318)	-	21	-	(297)
	14.337	210	2.928	-	17.475

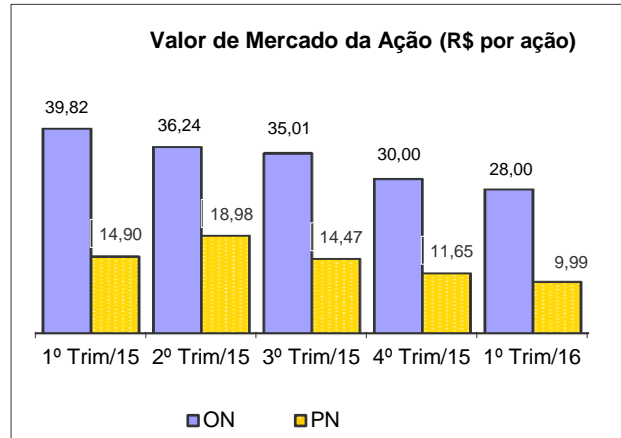
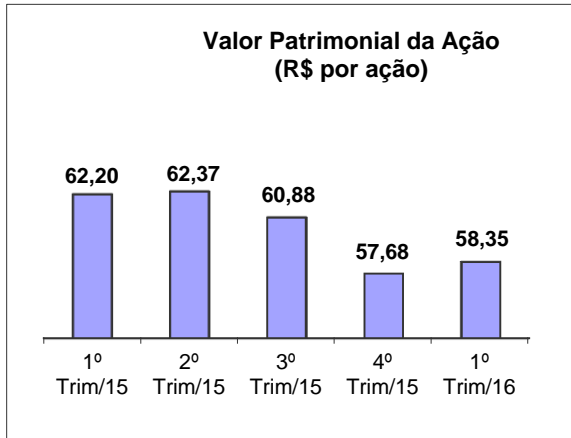
Descrição	31 de março de 2015 Reapresentado				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	21	-	-	-	21
Pessoal	1.250	66	1.358	-	2.674
Material	12	-	4	-	16
Encargos de Uso da Rede Elétrica	549	-	-	-	549
Custos e Serviços de Terceiros	1.449	105	328	-	1.882
Depreciação e Amortização	15.110	-	181	-	15.291
Seguros	-	-	34	-	34
Provisões Líquidas	(3.632)	-	-	76	(3.556)
Tributos	(929)	15	57	-	(857)
Aluguéis	-	-	54	-	54
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	-	-	7	-	7
	13.830	186	2.023	76	16.115

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

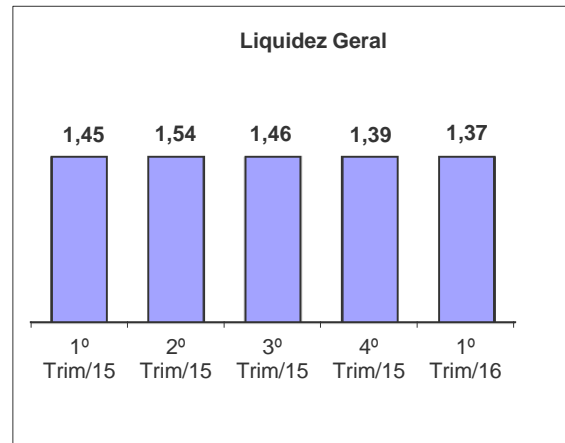
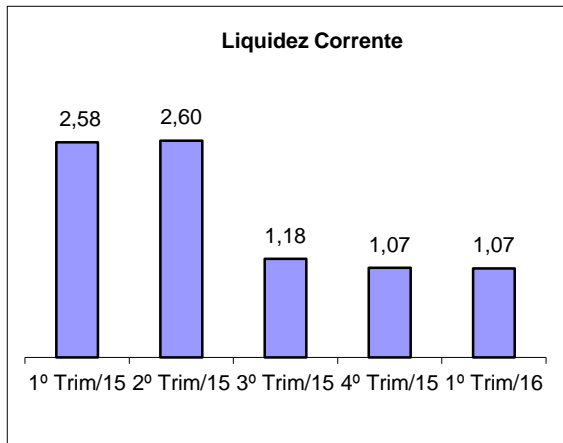


1. Indicadores Financeiros

1.1. Patrimoniais



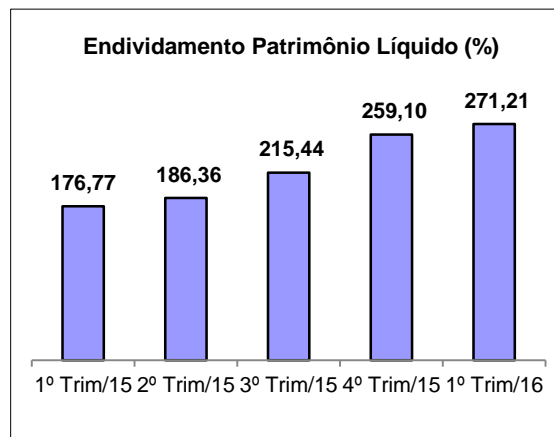
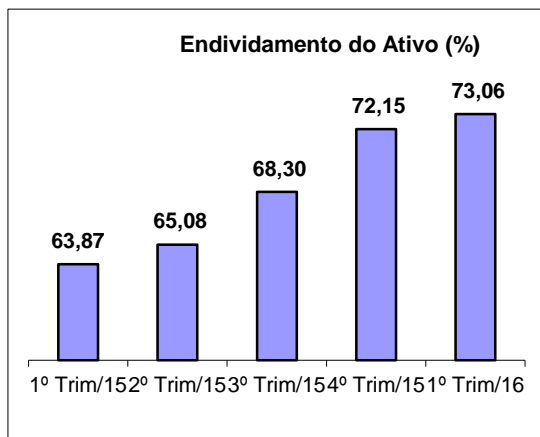
1.2. Liquidez



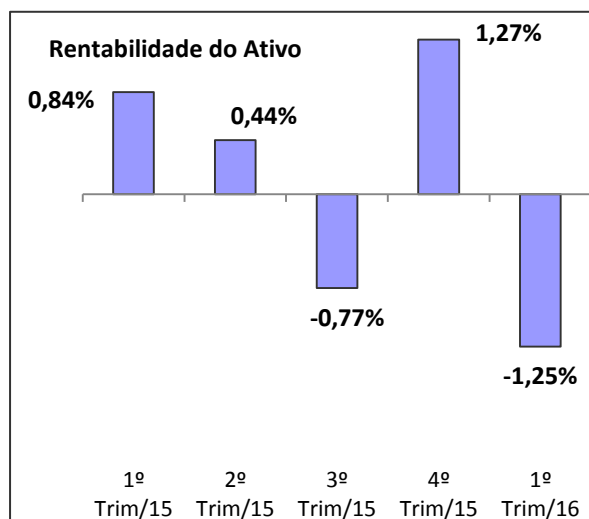
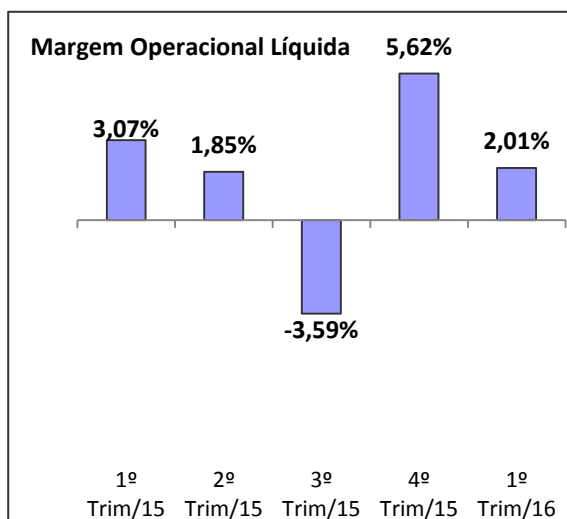
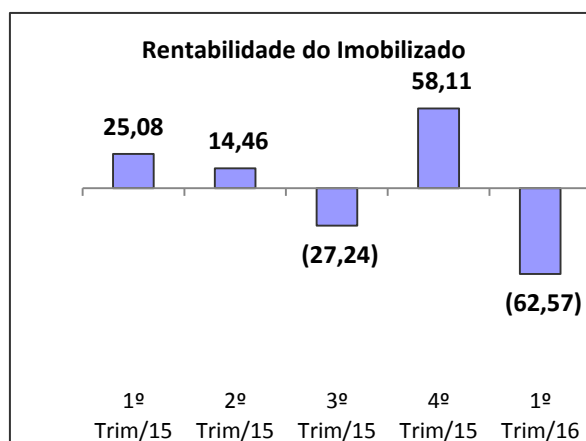
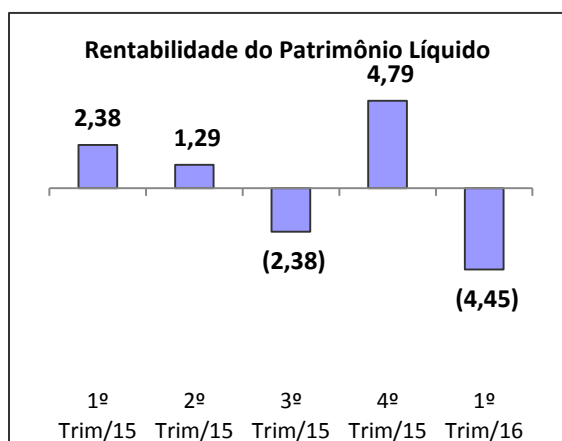
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.3. Endividamento



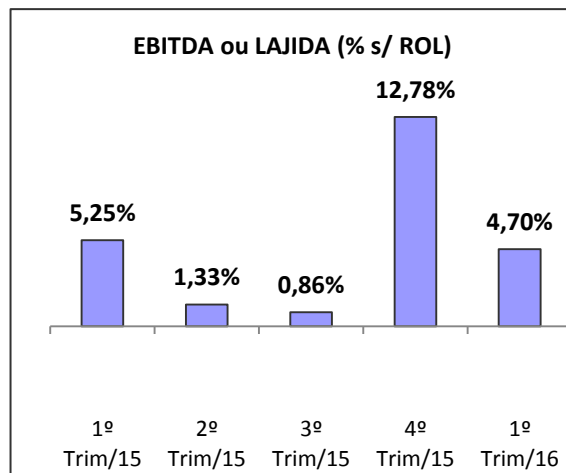
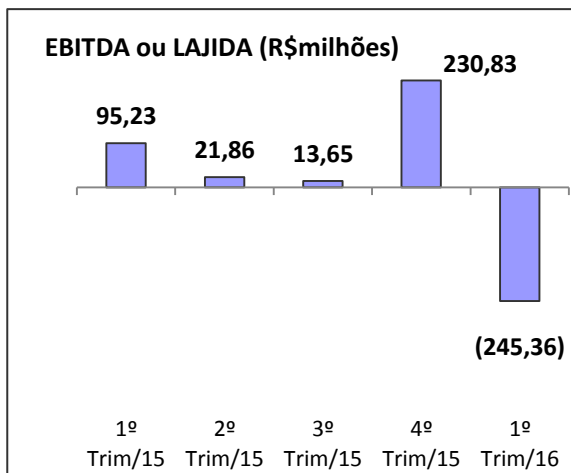
1.4. Rentabilidade



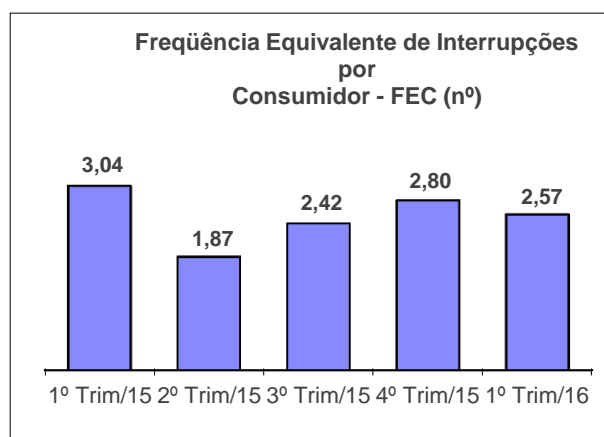
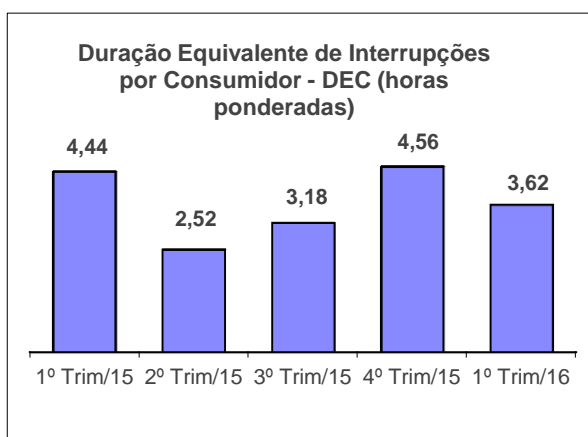
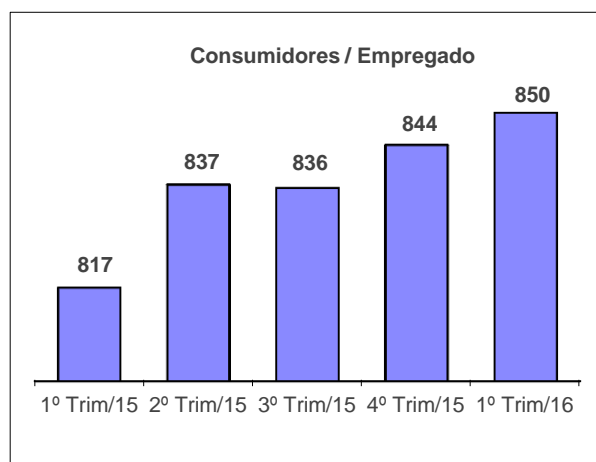
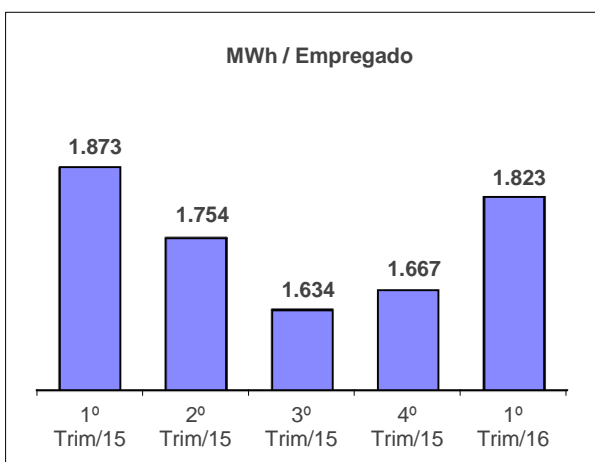
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



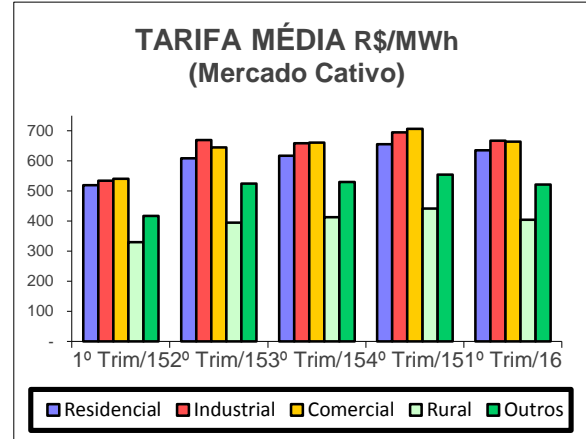
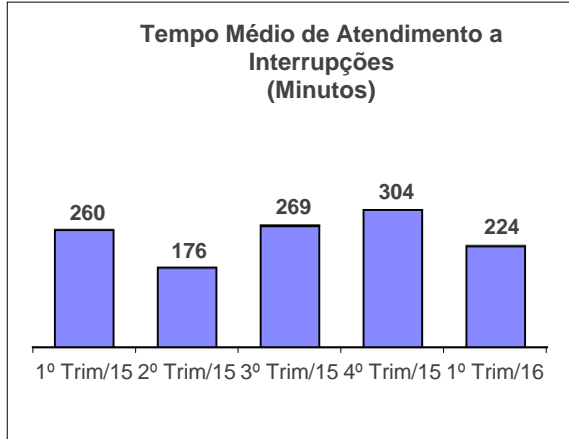
1.5. EBITDA ou LAJIDA



1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 12 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes

Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

CRC n.º 1 RS-060.571/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8